

No. 42252

**Brazil
and
Benin**

Agreement on the establishment of the Joint Commission on cooperation between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Benin. Brasília, 11 August 2005

Entry into force: *11 August 2005 by signature, in accordance with article VIII*

Authentic texts: *French and Portuguese*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Brazil, 3 January 2006*

**Brésil
et
Bénin**

Accord portant création de la Commission mixte de coopération entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République du Bénin. Brasília, 11 août 2005

Entrée en vigueur : *11 août 2005 par signature, conformément à l'article VIII*

Textes authentiques : *français et portugais*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Brésil, 3 janvier 2006*

[FRENCH TEXT — TEXTE FRANÇAIS]

ACCORD PORTANT CRÉATION DE LA COMMISSION MIXTE DE
COOPÉRATION ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUB-
LIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE LA
RÉPUBLIQUE DU BÉNIN

Le Gouvernement de la République Fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République du Bénin (ci-après désignés "les Parties"),

Considérant "l'Accord de Coopération Technique entre la République Fédérative du Brésil et la République du Bénin", signé à Cotonou, le 7 novembre 1972;

Désireux de promouvoir une coopération dynamique entre leurs deux pays, notamment dans les domaines culturel, scientifique, technique, économique, commercial et industriel;

Prenant en considération les liens historiques et culturels qui existent entre les deux pays;

Conscients des avantages d'une coopération multisectorielle pour les peuples des deux pays;

Désireux de fixer le cadre institutionnel de cette coopération,

Sont convenus de ce qui suit :

Article I

Il est institué entre les deux pays, par le présent Accord, une Commission Mixte de Coopération brésilo-béninoise, ci-après dénommée "la Commission".

Article II

La Commission a pour missions :

a) de promouvoir la coopération culturelle, technique, économique, commerciale et industrielle;

b) d'identifier de nouveaux domaines en vue du développement continu d'une coopération culturelle, technique, économique, commerciale et industrielle, y compris les domaines de l'information, de l'enseignement et de la santé;

c) d'étudier de nouveaux secteurs en vue d'améliorer, sur la base des avantages réciproques, les relations commerciales entre les deux pays;

d) d'échanger des informations d'intérêt mutuel dans les domaines culturel, technique, scientifique, économique, commercial, industriel, et autres;

e) d'adopter des mesures et recommandations relatives au développement continu de la coopération culturelle, technique, économique, commerciale et industrielle ainsi que dans tous autres domaines pertinents pour la coopération entre les deux pays; et

f) de formuler des propositions en vue de surmonter tous obstacles qui pourraient intervenir entre les deux Parties dans le cadre de leur coopération.

Article III

1. La Commission se réunira tous les deux ans alternativement dans les deux pays.
2. La date de chaque session ainsi que son ordre du jour seront arrêtés d'un commun accord par les Parties.

Article IV

1. Les recommandations de la Commission seront consignées dans les procès-verbaux de la Commission.
2. Les Chefs des deux (2) délégations feront rapport de l'exécution des décisions de la Commission dans chacun des deux pays.
3. Les Chefs des deux (2) délégations pourront formuler des recommandations entre deux sessions de la Commission. De telles recommandations seront incluses dans le procès-verbal de la session suivante.

Article V

La Commission peut constituer des groupes de travail pour connaître des questions requérant l'avis de spécialistes. Les Chefs de chaque groupe de travail feront rapport de leurs activités à la Commission.

Article VI

Tout différend qui pourrait survenir dans le cadre de la mise en oeuvre du présent Accord sera réglé par voie de négociations entre les Parties.

Article VII

Le présent Accord pourra être amendé d'un commun accord entre les Parties. Les amendements entreront en vigueur conformément aux dispositions prévues à l'Article VIII ci-dessous.

Article VIII

1. Le présent Accord entrera en vigueur à la date de sa signature et restera valable pour une période de cinq (5) ans renouvelable par tacite reconduction.
2. Chacune des Parties peut le dénoncer après avoir informé l'autre Partie par écrit de son intention, au moins six (6) mois avant la date d'effet de la dénonciation.
3. À l'expiration de la période mentionnée au paragraphe 2, les dispositions de tous Accords, Contrats, Conventions séparés y relatifs continueront de régir toutes obligations

non encore expirées et en cours ou tout projet commencé en exécution de l'Accord, du contrat ou de la convention. Ces obligations ou ces projets seront conduits jusqu'à leur achèvement.

Le présent Accord a été conclu en deux exemplaires, en langues portugaise et française, les deux textes faisant également foi.

Fait à Brasília, le 11 août 2005.

Pour le Gouvernement de la République Fédérative du Brésil :

CELSO AMORIM

Pour le Gouvernement de la République du Bénin :

ROGATIEN BIAOU

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

ACORDO SOBRE CRIAÇÃO DE COMISSÃO MISTA ENTRE O GOVERNO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA
REPÚBLICA DO BENIN

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República do Benin
(doravante denominados "as Partes"),

Considerando o "Acordo de Cooperação Técnica entre a República Federativa do Brasil e a República do Benin", firmado em Cotonu, em 7 de novembro de 1972;

Desejosos de promover uma cooperação dinâmica entre os dois países, especialmente nos campos cultural, científico, técnico, econômico, comercial e industrial;

Considerando os laços históricos e culturais existentes entre os dois países;

Conscientes das vantagens de uma cooperação multi-setorial para os povos dos dois países;

Desejosos de consolidar o quadro institucional dessa cooperação,

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

Uma Comissão Mista de Cooperação Brasil - Benin fica instituída pelo presente Acordo, doravante denominada "a Comissão".

ARTIGO II

A Comissão tem por atribuição:

- a) a promoção da cooperação cultural, técnica, econômica, comercial, industrial;

- b) a identificação de novos temas visando o contínuo desenvolvimento da cooperação cultural, técnica, econômica, comercial e industrial, incluindo-se os temas da informação, ensino e saúde;
- c) o estudo de novos setores visando, com base na assistência recíproca, a melhoria das relações comerciais entre os dois países;
- d) a troca de informações de interesse mútuo nas áreas cultural, técnica, científica, econômica, comercial, industrial, entre outras;
- e) a adoção de medidas e recomendações relativas ao desenvolvimento contínuo da cooperação cultural, técnica, econômica, comercial e industrial, assim como em todos os outros setores pertinentes para a cooperação entre os dois países; e
- f) a formulação de propostas visando a superação de todos os obstáculos que possam interferir entre as duas Partes dentro do quadro de sua cooperação.

ARTIGO III

- 1. A Comissão se reunirá a cada dois anos, alternadamente nos dois países.
- 2. A data de cada sessão assim como a agenda serão objeto de comum acordo entre as Partes.

ARTIGO IV

- 1. As recomendações da Comissão serão registradas na Ata da Comissão.
- 2. Os Chefes das duas delegações apresentarão relatório sobre a execução das decisões da Comissão em cada um dos dois países.
- 3. Os Chefes das duas delegações poderão fazer recomendações durante o período entre duas sessões. Tais recomendações serão incluídas na Ata da sessão seguinte.

ARTIGO V

A Comissão pode constituir grupos de trabalho para analisar questões que requeiram o parecer de especialistas. Os chefes de cada grupo de trabalho apresentarão relatório de suas atividades à Comissão.

ARTIGO VI

Qualquer questão ou controvérsia que possa surgir em decorrência da implementação do presente Acordo será tratada por meio de negociações entre as Partes.

ARTIGO VII

O presente Acordo poderá ser emendado de comum acordo entre as Partes. As emendas entrarão em vigor segundo o teor do Artigo VIII abaixo.

ARTIGO VIII

1. O presente Acordo entrará em vigor na data de sua assinatura e terá validade por um período de 5 (cinco) anos, após o qual será tacitamente renovado;
2. Cada uma das Partes poderá denunciá-lo após comunicação por escrito de sua intenção, com antecedência mínima de 6 (seis) meses, de denunciá-lo.
3. Na data de expiração do período mencionado no parágrafo 2, as disposições de todos os Acordos, Contratos e Convenções, decorrentes do presente Acordo, continuarão a reger as todas as obrigações ainda não expiradas e em curso ou qualquer projeto começado em virtude da execução do Acordo, do contrato ou da convenção. Essas obrigações ou esses projetos serão conduzidos até o seu término.

ARTIGO IX

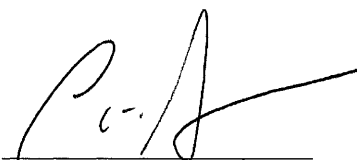
O presente Acordo foi feito em dois exemplares, nas línguas portuguesa e francesa, sendo os dois textos igualmente autênticos.

Feito em Brasília, em 11 de agosto de 2005.

ARTIGO IX

O presente Acordo foi feito em dois exemplares, nas línguas portuguesa e francesa, sendo os dois textos igualmente autênticos.

Feito em Brasília, em 11 de agosto de 2005.



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

CELSON AMORIM
Ministro de Estado
das Relações Exteriores



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
DO BENIN

ROGATIEN BIAOU
Ministro dos Negócios
Estrangeiros

[TRANSLATION — TRADUCTION]

AGREEMENT ON THE ESTABLISHMENT OF THE JOINT COMMISSION
ON COOPERATION BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE
REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF THE
REPUBLIC OF BENIN

The Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Benin (hereinafter referred to as "the Parties"),

Considering the Agreement on technical cooperation between the Federative Republic of Brazil and the Republic of Benin signed at Cotonou on 7 November 1972;

Desiring to promote dynamic cooperation between their two countries, particularly in the cultural, scientific, technical, economic, commercial and industrial fields;

Mindful of the historical and cultural links that exist between the two countries;

Aware of the advantages of multisectoral cooperation for the peoples of the two countries;

Desiring to establish an institutional framework for this cooperation,

Have agreed as follows:

Article I

This Agreement establishes a Brazilian-Beninese Joint Commission for Cooperation between the two countries, hereinafter referred to as "the Commission".

Article II

The Commission has the following missions:

- (a) to promote cultural, technical, economic, commercial and industrial cooperation;
- (b) to identify new domains for continuous development of cultural, technical, economic, commercial and industrial cooperation, including the areas of information, education and health;
- (c) to study new sectors with a view to improving commercial relations between the two countries, on the basis of reciprocal advantages;
- (d) to exchange information of mutual interest in the cultural, technical, scientific, economic, commercial, industrial and other domains;
- (e) to adopt measures and recommendations relating to continuous development of cultural, technical, economic, commercial and industrial cooperation, and in all other areas that are relevant for cooperation between the two countries; and
- (f) to formulate proposals aimed at overcoming any obstacles that might arise between the two Parties in the framework of their cooperation

Article III

1. The Commission shall meet every two years alternately in the two countries.
2. The date of each meeting and its agenda shall be decided upon by agreement between the Parties.

Article IV

1. The Commission's recommendations shall be recorded in the minutes of its meetings.
2. The heads of the two delegations shall report on the execution of the Commission's decisions in each of the two countries.
3. The heads of the two delegations may formulate recommendations during the interval between two Commission meetings. Any such recommendations will be included in the minutes of the following meeting.

Article V

The Commission may establish work groups to analyse issues requiring specialist opinion. The leaders of each workgroup will report on their activities to the Commission.

Article VI

Any dispute arising from the implementation of this Agreement shall be settled by negotiations between the Parties.

Article VII

This Agreement may be amended by mutual consent between the Parties. Amendments shall enter into force pursuant to the provisions of article VIII below.

Article VIII

1. This Agreement shall enter into force on the date of its signature, and shall remain in force for a period of five years, tacitly renewable.
2. It may be terminated by either of the Parties, by giving six months' notice in writing.
3. Upon expiry of the period mentioned in paragraph 2, the provisions of all separate and related agreements, contracts and conventions shall continue to govern all as yet unexpired and ongoing obligations, or any project of the Agreement, contract or convention that has begun and is under execution. Such obligations or projects shall be continued until their completion.

This Agreement is signed in two copies in the Portuguese and French languages, each text being equally authentic.

Done in Brasília on 11 August 2005.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

CELSO AMORIM

For the Government of the Republic of Benin:

ROGATIEN BIAOU

